



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões CNECP	
N.º Único	423477
Entrada/Saida n.º	46 Data: 29/2/2012

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Negócios  
Estrangeiros

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2012

**Assunto: Audição do senhor ministro dos Negócios Estrangeiros sobre os acordos União Europeia/Marrocós e União Europeia/Mercosul**

Acabou de ser aprovado no Parlamento Europeu o Acordo União Europeia/Marrocós e está em curso nos órgãos comunitários o Acordo União Europeia/Mercosul.

1. O Acordo União Europeia/Marrocós, aprovado a 16 de Fevereiro no Parlamento Europeu, prevendo medidas de liberalização comercial, que abrangem única e exclusivamente produtos agrícolas e produtos agrícolas transformados, pesca e produtos da pesca, poderá ter sérias consequências sobre as produções hortícolas e frutícolas portuguesas, liberalizando-se no imediato 55% das importações de Marrocós.
2. O Acordo União Europeia/Mercosul, em desenvolvimento nas instâncias europeias sob o argumento de que, globalmente, será muito positivo para a União Europeia, poderá ter impactos fortemente negativos na produção agropecuária – o estudo realizado pela União Europeia avalia um decréscimo da produção de 3/5 biliões de euros, abaixamento dos preços dos produtos e redução dos rendimentos dos agricultores entre 2,3% e 3,2% –, particularmente nos países e regiões com produções mais sensíveis (carne de bovino e aves, leite, hortícolas e frutícolas) e agriculturas mais frágeis, como em Portugal.
3. Quer num caso quer noutro, os custos de produção para produtos similares são bastante abaixo dos comunitários, e muito mais face aos custos de produção nacional, pelo menos devido a exigências bastante inferiores relativamente aos critérios, regras e disciplina impostos na União Europeia em matérias zoo e fito-sanitária, agro-ambiental e bem estar animal.
4. As preocupações do Grupo Parlamentar do PCP face aos referidos acordos de liberalização do comércio agropecuário acentuam-se quando, no Acordo de Concertação Social, «Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego», se dão por certos os prejuízos do acordo da União Europeia/Mercosul, como decorre da proposta de «negociar com a União Europeia um conjunto de medidas que permitam o apoio à reestruturação dos sectores que venham a ser mais duramente afetados, no caso da assinatura do acordo».

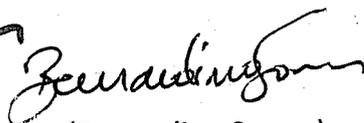
Por outro lado, os questionamentos do Grupo Parlamentar do PCP à ministra da Agricultura, em sede de Comissão de Agricultura e Mar, não têm tido grande sucesso. Pior, na última Audição (21 de Fevereiro), a ministra considerou mesmo que haveria sectores da agricultura nacional – os viticultores – que sairiam beneficiados!

Face às considerações feitas, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a Audição do ministro dos Negócios Estrangeiros, em reunião conjunta da Comissão de Agricultura e Mar e da Comissão de Negócios Estrangeiros, no sentido de conhecer a posição do governo português e as medidas tomadas para travar possíveis acordos comerciais altamente prejudiciais para a agricultura nacional.

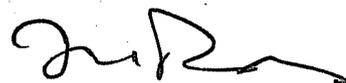
Os Deputados



(Agostinho Lopes)



(Bernardino Soares)



(João Ramos)

N.ºRef/40863-527/INPA/12